



REDE PAULISTA DE
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

**Estudo de *alteração* da área envoltória do tombamento do
Núcleo Original da Freguesia do Ó | Resolução Conpresp
nº. 46/92**

Grupo de Trabalho Brasilândia Ó da Repep

Alberto Luiz dos Santos

Kleber Silva Jr.

Karina Alves Teixeira

Leandro Silva Batista

Mariana Kimie Nito

Regina Célia Soares Bortoto

Simone Scifoni

São Paulo

2016

Sumário

1. Apresentação	3
2. Objetivo	4
3. A garantia da visibilidade do bem, harmonia e ambiência do bem tombado	5
4. A Matriz da Freguesia como referencial urbano	19
5. Proposta de alteração da Resolução	29
6. Sobre o GT da Repep	37
7. Equipe de trabalho	39
8. Bibliografia	41
9. Anexo I	42

1. Apresentação

A Resolução Conpresp no.46 de 1992 tombou o núcleo original de povoamento da Freguesia do Ó, justificando para tal o *valor histórico-arquitetônico* do conjunto edificado, o *valor urbanístico* relacionado ao traçado viário de ruas e logradouros públicos e o *valor ambiental-paisagístico* que tornou o largo da Freguesia e suas imediações em um importante referencial na paisagem paulistana. Assentado no topo de um outeiro de desnível de cerca de 40 metros em relação à várzea do Rio Tietê, o núcleo original da Freguesia foi pioneiro no processo de ocupação urbana do chamado além-Tietê, ou seja, das terras situadas na margem direita deste rio e que ficaram, durante muito tempo, apartadas do que era então a cidade de São Paulo. O isolamento só foi vencido a partir de meados da década de 1950, quando a travessia do rio por ponte de concreto foi viabilizada, e se iniciou o parcelamento de terras que resultou na consolidação da Freguesia do Ó como bairro da cidade.

Ao longo da história da cidade, o núcleo original situado no topo do outeiro firmou-se como importante referencial de localização da paisagem urbana, papel conferido pela escolha do sítio físico em posição de destaque na topografia. A construção da igreja matriz, em 1901, com seu porte e arquitetura imponente, reforçou esse papel de destaque paisagístico e de referência espacial na cidade.

A resolução de tombamento preocupou-se com a definição de uma área envoltória para a proteção do bem cultural, estabelecendo restrição de gabarito de 8 metros para algumas quadras lindeiras. No entanto, para várias outras quadras da área envoltória não há qualquer restrição de altura e, além disso, a própria delimitação do perímetro do entorno protegido é preocupante pois exclui trechos importantes que compõem a visualização do conjunto tombado.

Ao longo dos anos, em função do crescimento da verticalização no bairro, formou-se uma espécie de paredão que tem levado ao comprometimento da visibilidade do bem tombado, o que coloca em discussão a necessidade de rever as diretrizes da área envoltória, uma vez que atualmente elas se mostram insuficientes para garantir as condições de preservação do patrimônio. É sempre bom lembrar que a proteção do bem tombado implica, também, na manutenção de condições propícias do entorno naquilo que diz respeito a sua ambiência e visibilidade, como garantia da valorização e da compreensão deste patrimônio na cidade .

2. Objetivo

O presente estudo foi elaborado no intuito de apresentar e justificar uma proposta de alteração das diretrizes e do perímetro do espaço envoltório (também chamado entorno), definido por meio da Resolução de Tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó, visando garantir a efetiva proteção do bem tombado e dos valores e significados sociais atribuídos a ele.

O ponto de partida é o atendimento ao disposto no artigo 10º da Lei 10.032/85, que cria o Conpresp. De acordo com esse artigo, a delimitação do espaço envoltório dos bens tombados deve considerar condições como ambiência, visibilidade e harmonia.

No que diz respeito ao conjunto destes três critérios, propomos uma abordagem que leve em conta dois aspectos que as normas em vigor parecem não proteger: manter a fruição visual da igreja matriz como um referencial de paisagem urbana; garantir a contemplação da cidade a partir da praça da matriz.

De um lado é preciso proteger as condições de fruição visual do bem tombado, principalmente tomadas a partir de pontos tradicionais de sua visualização na cidade, ou seja, a partir da grande várzea do Rio Tietê, que em função de seu nível topográfico inferior em cerca de 40 metros, permite uma vista particular da Matriz da Freguesia. Considera-se que, além das normativas protetoras do entorno, a lei que dispõe sobre a paisagem urbana em São Paulo, Lei 1.4223/2006, em seu artigo 3º, também estabelece necessidade de assegurar a “percepção e a compreensão dos elementos referenciais da paisagem”.

Por outro lado, este estudo considera, também, a perspectiva de que o patrimônio tombado contempla uma condição de mirante ou belvedere natural, a partir do qual se descortina uma vista única da cidade, condição de notável interesse público, tendo em vista a apreensão da paisagem urbana que ele permite. A legislação italiana da década de 1930 (Lei 1.497 de 1939), já previa a preservação desses locais que apresentassem a condição de belvedere natural, identificando-os como de notável interesse público.

Trata-se de garantir um olhar duplo, ou seja, da cidade para a Igreja Matriz e desta para a cidade.

3. A garantia da visibilidade do bem, harmonia e ambiência do bem tombado

Um dos maiores exemplos da importância do entorno para a conservação dos valores culturais de um bem tombado é o tratamento dado à questão pela legislação específica, em suas diferentes esferas. Para Sonia Rabello (2009), especialista na área jurídica em patrimônio, as restrições à vizinhança do bem tombado são de importância fundamental e um dos efeitos do ato de tombamento. De acordo com Ulpiano Bezerra de Meneses (2006), não se trata de uma “tutela de vizinhança”, mas, antes de tudo, de uma tutela sobre o bem tombado preciso por meio do ordenamento da vizinhança. Segundo o autor, o valor da vizinhança é adjetivo, diz respeito ao efeito qualificador em relação ao bem tombado, é um invólucro espacial que compõe o valor do bem.

É nesse sentido que visualidade, ambiência e destaque aparecem como termos recorrentes na legislação de tombamento, no que diz respeito ao estabelecimento das condições necessárias na vizinhança dos bens tombados. Ambos os autores lembram que garantir a visualidade ou visibilidade não se refere simplesmente a ação mecânica ou operação ótica. Trata-se, antes de tudo do acesso visual como fruição social, uma concepção que é mais abrangente e rica, pois diz respeito a um conjunto articulado de ações perceptivas, cognitivas, mnemônicas, afetivas que supera o campo simples da visualidade, conforme lembra Meneses (2006). Assim sendo, visibilidade, harmonia e ambiência compõe um conjunto de condições indispensáveis à preservação do bem tombado que permitem não só o contato imediato com ele, mas também a sua compreensão no espaço urbano.

O que acontece com a fruição visual do bem tombado, no caso do núcleo original da Freguesia do Ó? Com a crescente urbanização da vertente direita do Rio Tietê, após os anos 1950, o núcleo continuou a ser visualizado a partir de seu ponto extremo, a igreja matriz, que se constituiu como um marco espacial da cidade, desde a sua construção no início do século XX.

Foto 1: Em 1952, vista a partir da várzea do Rio Tietê em direção ao outeiro da Freguesia do Ó, de onde se avista a igreja Matriz. Fonte: AB' SABER (2007, p.160)



Foto 2: Visão geral da ponte década na 1930 - 1940, ao fundo se avista a Igreja Matriz. Fonte: BARRO (1977, p.30)

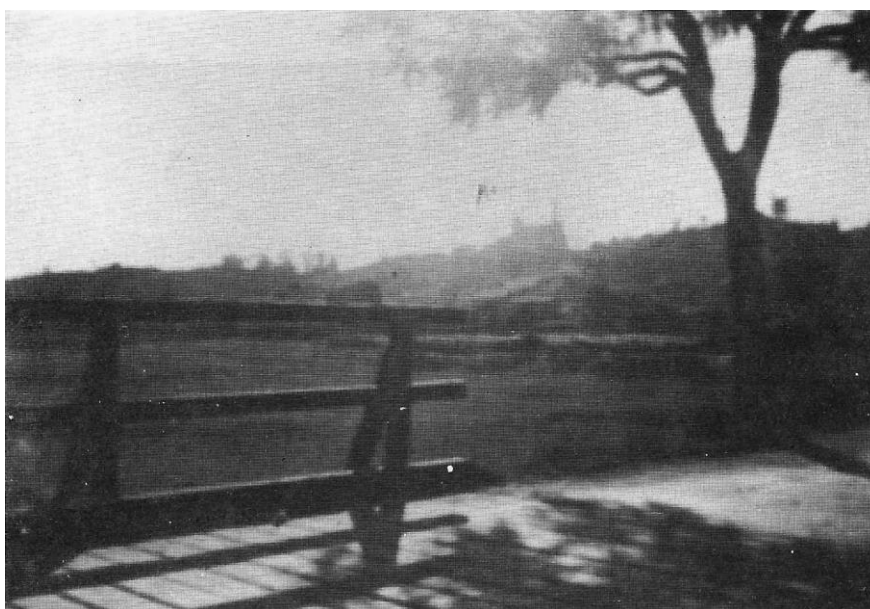
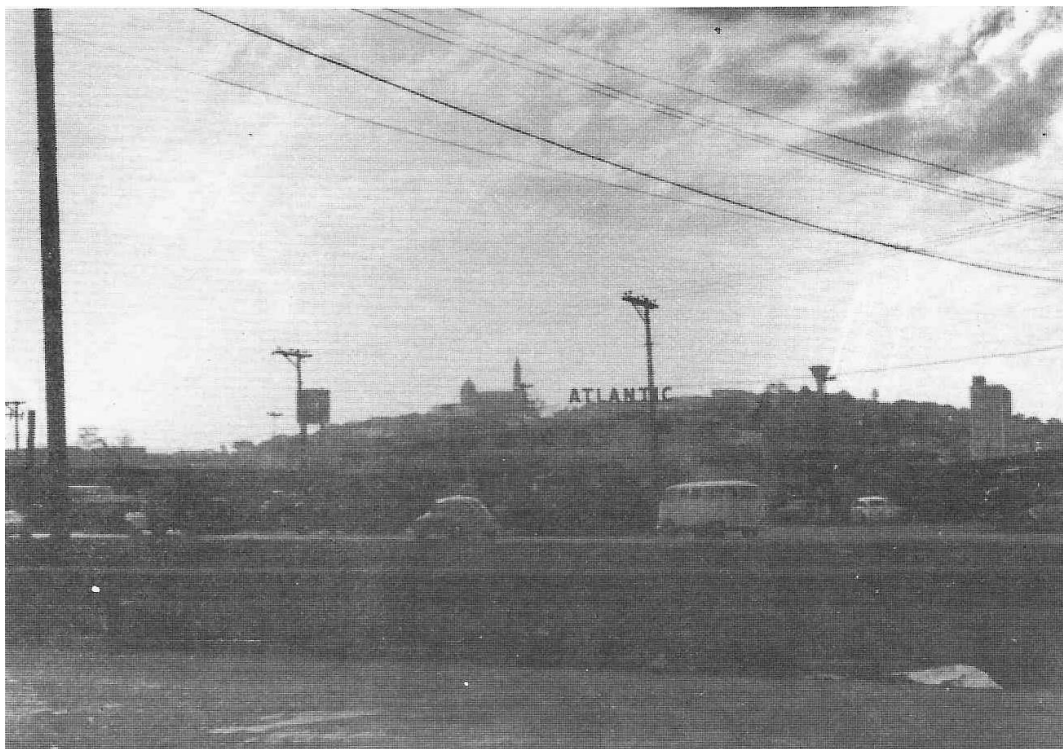


Foto 3: Visão da freguesia do Ó a partir da ponte, em meados da década de 1970. Fonte: BARRO (1977, p.30)



O tombamento do núcleo original da Freguesia atentou-se para a importância da visualização, estabelecendo restrições de gabarito (máximo 8 metros) para as quadras lindeiras aos edifícios e aos dois largos tombados (o da matriz velha e da matriz nova). O entorno imediato estava assim protegido da ocorrência de verticalização. Entretanto, o mesmo não se pode dizer das demais quadras que compõem a visualidade do bem tombado. Trata-se da categoria “espaço envoltório” como verifica-se no mapa 1, abaixo. Ela não apresenta uma restrição adequada de altura máxima que contemple a visibilidade do outeiro da Freguesia do Ó, como mostram os perfis topográficos (Cortes AB, CD e EF do Anexo I).

Da década de 1990 até hoje, um conjunto de edifícios se instalaram nestas quadras da vizinhança que não estavam protegidas pela resolução, principalmente na face sul, oeste e noroeste do núcleo. O gráfico 1 indica esta tendência nos distritos da região Noroeste a partir deste período, bem como destaca a elevação do valor desses imóveis na Freguesia do Ó. Assim imbricam-se dois processos: a intensificação da verticalização e uma tendência de elevação da renda no bairro nas últimas décadas.

Mapa 1: Resolução de tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó.

Fonte: Conpresp (1992)

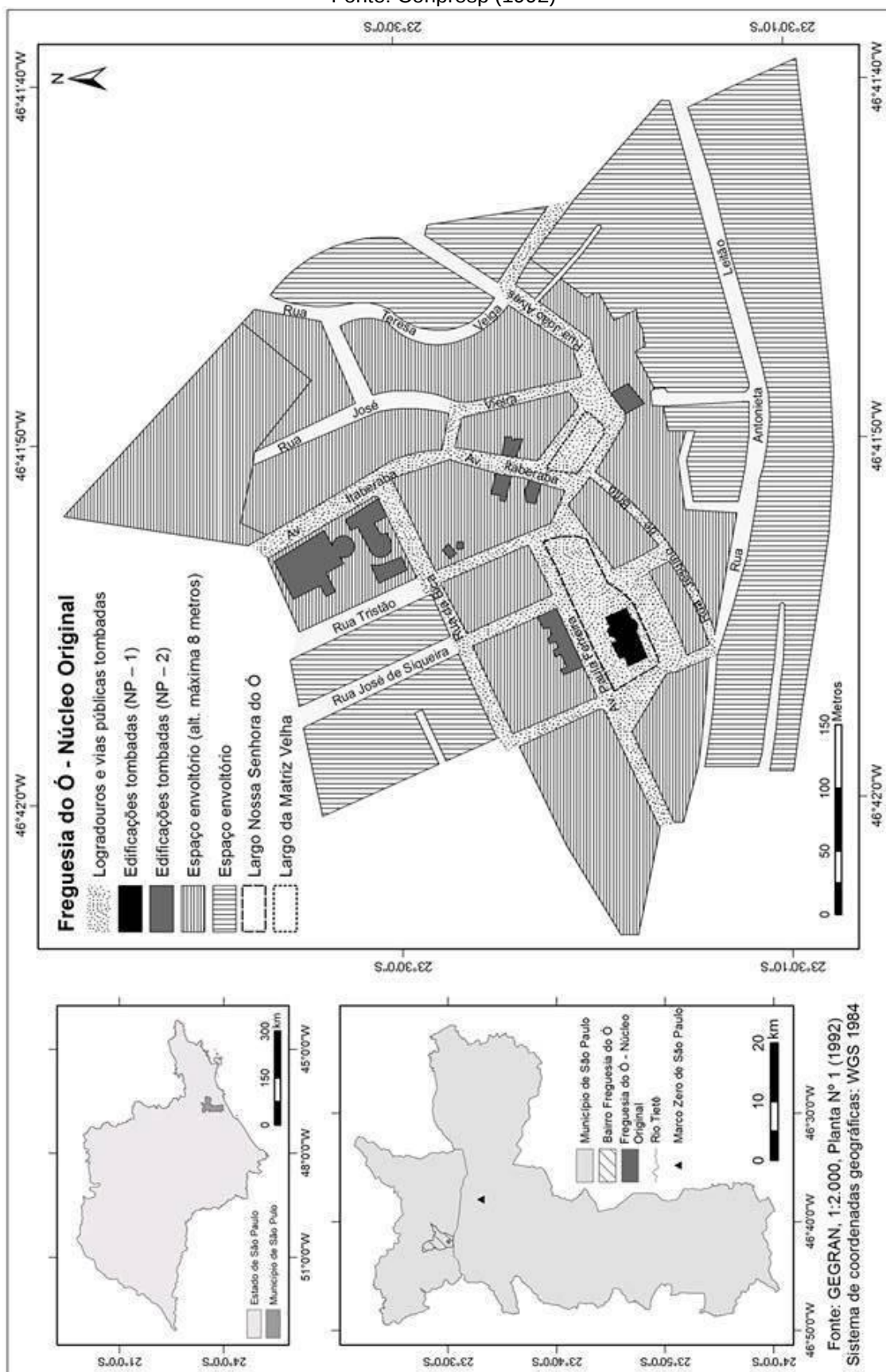
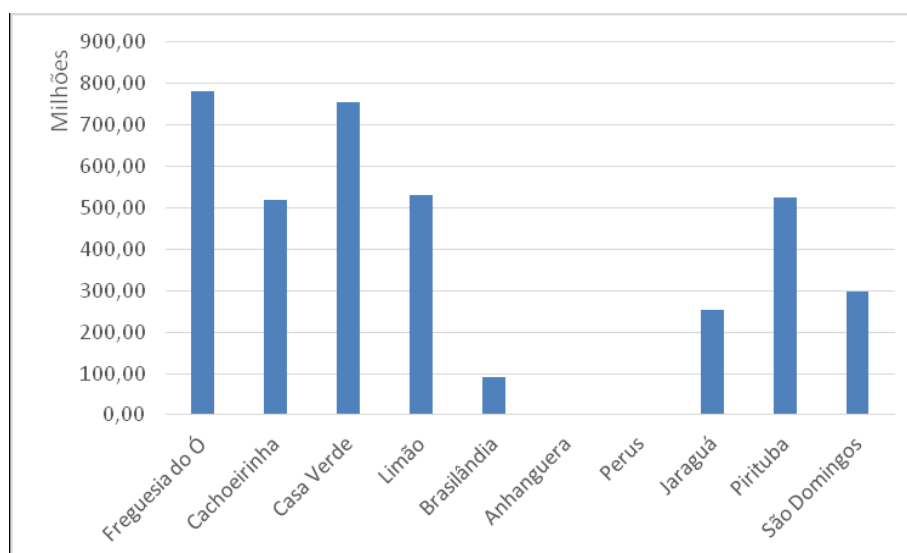


Gráfico 01: Valor geral de vendas dos lançamentos residenciais verticais (1995 a 2012)
Freguesia do Ó e Distritos Adjacentes



Fonte: EMBRAESP / Elaboração: SMDU
Organização: Alberto Luiz dos Santos

O resultado é o comprometimento da visibilidade, destaque a ambiência do núcleo, que praticamente desaparece como uma referência na paisagem urbana, como sugere a comparação entre a Foto 4 e as demais.

Foto 4: Vista da Freguesia do Ó (1980). Fonte: Acervo da Casa de Cultura Salvador Ligabue
Disponível em: <http://www.portaldoo.com.br/album/alb002/galeria002.html>



Foto 5: Vista Panorâmica para a Marginal Tietê, a partir de apartamento próximo ao perímetro de tombamento, 2012. Fonte: Google Mapas, Wilson Houck Jr..



Foto 6: Exemplo da barreira de edifícios no entorno próximo da matriz, ao sul. Foto tirada do alto da torre da igreja, 2015. Fonte: Simone Scifoni.



Foto 7: Largo da matriz e ao fundo a barreira de edifícios ao sul e oeste. Fonte: Simone Scifoni, 2016.



Foto 8: Vista Panorâmica a partir de apartamento próximo ao perímetro de tombamento, 2012. Ao centro, observa-se os fundos da Igreja Matriz e barreira de edifícios ao sul e leste.. Fonte: Google Mapas, Wilson Houck Jr..



Foto 9: Vista da Marginal Tietê, na Lapa, de onde ainda é possível visualizar a matriz da Freguesia no topo do outeiro. Os trechos ao sul e oeste estão bastante verticalizados. Fonte: Google, 2016.



Foto 10: Vista da Ponte do Piqueri, de onde ainda é possível visualizar a matriz da Freguesia no topo do outeiro entre os trechos verticalizados a oeste e sul do núcleo tombado. Fonte: Kleber Silva Jr., 2016.



Mapa 2: Ortofoto do Mapa Digital de São Paulo de 2004, pelas sombras é possível se observar as áreas verticalizadas e a permanência de construções térreas e de sobrados. Fonte: GeoSampa.

indicar nessa ortofoto os lugares onde há verticalização



Introduzir um texto para comentar sobre o que os mapas da legislação indicam como ameaças a visibilidade

Mapa 3: Ortofoto do Mapa Digital de São Paulo de 2004 no qual se vê ícones em laranja que marcam terrenos que conseguiram outorga onerosa, ícone central vermelho (símbolo wi-fi livre) no Largo da Matriz e áreas em vermelho de incentivo a edifícios garagem (prevista na Lei 16.402/16). Fonte: GeoSampa.

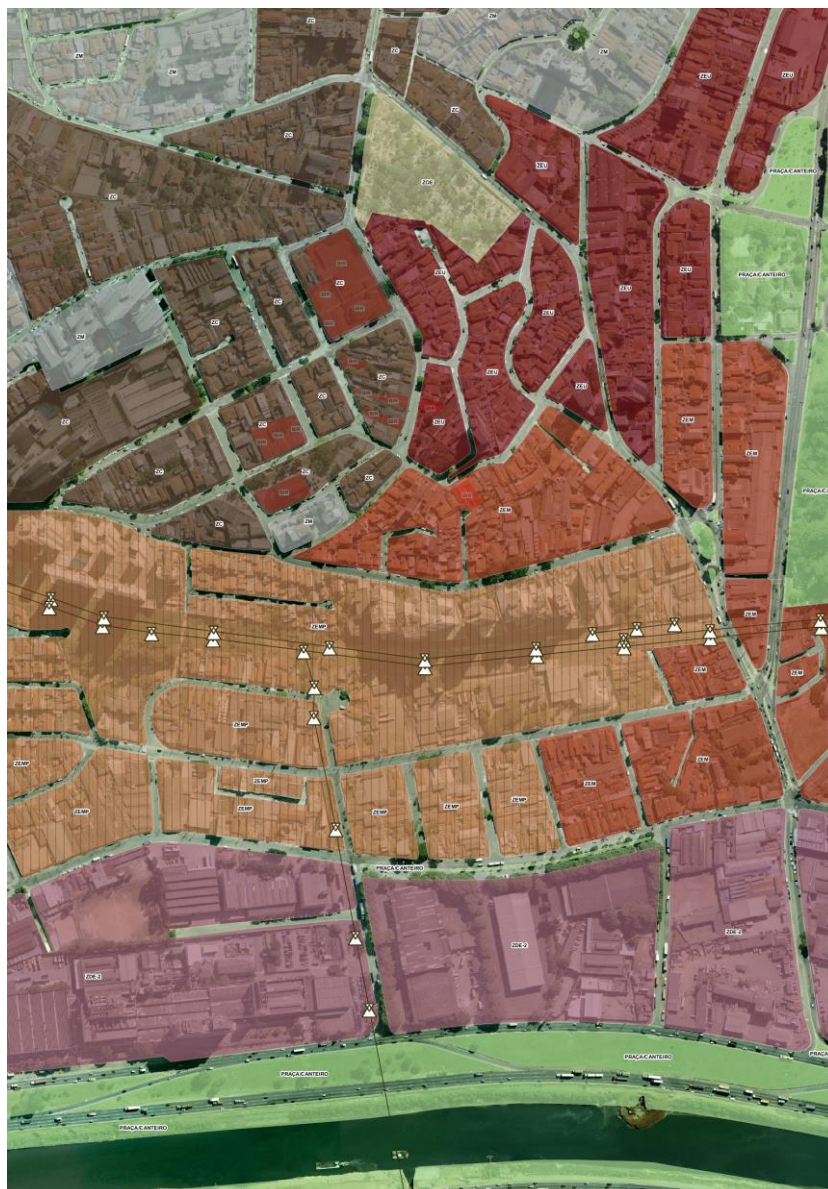


A ameaça à visibilidade e ambiência está, portanto, imbricada à verticalização como tendência da produção do espaço urbano no município do São Paulo, com ênfase nas últimas décadas. Tendo em vista a complexidade que envolve essa produção de cidade, convém elencar as principais diretrizes legais que envolvem o bairro.

De acordo com a Lei nº 16.402 de 22 de março de 2016 (LPUOS - Lei de parcelamento, uso e ocupação do solo), as quadras do perímetro de tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó, bem como as quadras adjacentes, classificam-se em cinco zonas: ZEU (Zonas Eixo de Estruturação e Transformação Urbana); ZEM (Zonas Eixo de Estruturação e Transformação Metropolitana); ZEMP (Zonas Eixo de Estruturação e Transformação Metropolitana Previsto); ZC (Zonas de Centralidade) e; ZM (Zona Mista). **Não é melhor também mencionar a ZDE-2 (onde estão os lotes grandes?)**

Mapa 4: Ortofoto do Mapa Digital de São Paulo de 2004 no qual estão os perímetros das zonas da Lei 16.402/16. Fonte: GeoSampa

ampliar o mapa para poder identificar as zonas (mapa página inteira). Tirar Zepec pois está confundindo no mapa



Não há nenhuma menção, à priori, que restrinja os gabaritos de edifícios verticais que venham a ser construídos em zonas sob essa classificação, mesmo situando-se no entorno de bens culturais tombados.

Destaca-se que a referida Lei possui em sua classificação as ZEPEC - Zonas Especiais de Preservação Cultural, que são “[...] porções do território destinadas à preservação, valorização e salvaguarda dos bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico, constituintes do patrimônio cultural do município [...]”. As ZEPEC podem se configurar como edificações, conjuntos arquitetônicos, áreas, lotes, sítios urbanos, entre outros. No caso da Freguesia do Ó, a lei de zoneamento classificou como ZEPEC apenas as edificações que constam na resolução de tombamento deixando de fora os logradouros e as vias públicas que

também foram tombados pela resolução do Conpresp. Tais edificações constam na lei de zoneamento como ZEPEC-BIR (Zona de

As quadras da porção leste e sul do perímetro tombado (classificadas como ZEU, ZEM e ZEMP) são consideradas territórios de transformação,

[..] em que se objetiva a promoção do adensamento construtivo, populacional, atividades econômicas e serviços públicos, a diversificação de atividades e a qualificação paisagística dos espaços públicos de forma a adequar o uso do solo à oferta de transporte público coletivo [...] (Lei nº 16.402 de 22 de março de 2016)

Tal especificação traz à tona dois processos impactantes em vigor na cidade: a construção da Linha 6 - Laranja do Metrô (Brasilândia - São Joaquim) e os melhoramentos viários do subsetor Arco Tietê da Macroárea de Estruturação Metropolitana.

Em relação à Linha 6 do Metrô, a LPUOS (março 2016) efetiva o Decreto nº 56.782, de 27 de janeiro de 2016. Este trata da vigência de condições de instalação, usos, atividades, índices e parâmetros específicos de ocupação da *área de influência* determinada pelo Eixo de Estruturação da Transformação Urbana definido pela implantação da Linha 6. Tais áreas, previstas pelo Decreto, situam-se nas quadras classificadas como ZEU, e são consideradas “[...] potencialmente aptas ao adensamento construtivo e populacional e ao uso misto entre usos residenciais e não residenciais.” (Lei 16.050/2014).

A densidade demográfica e construtiva elevada, legitimada nessas zonas (inseridas na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana) associam-se à verticalização. O incremento de um conjunto de atividades produtivas e facilidades no transporte público imbrica-se à valorização do solo urbano e aos lançamentos verticais de médio e alto padrão. No caso de São Paulo, processo semelhante ocorreu ao longo da Linha Azul, como nos bairros de Santana e Tucuruvi, também na Zona Norte.

Segundo Carlos (2001), o espaço valoriza-se em si como mercadoria, em lotes fragmentados, e também valoriza-se devido ao seu potencial para produzir outras mercadorias. Destaca-se, nesse sentido, o caráter específico - e imprescindível - do consumo da moradia, uma vez que “[...] a habitação é uma mercadoria especial de alto preço, que exige crédito para sua compra” (MARICATO, 2011, p.66).

Nesse processo, que envolve a intensa atuação especulativa das construtoras sobre o solo urbano, as áreas de influência previstas passam a expressar uma intensificação da produção em diferentes níveis. Essa condição relaciona-se a uma refuncionalização nos usos dos bens culturais (PAES, 2010), bem como incentiva os lançamentos residenciais verticais, ofertados nesse espaços recém valorizados, pela via do crédito.

A tendência é semelhante se especificamos as mudanças previstas para o subsetor do Arco Tietê (também inserido na Macroárea de Estruturação Metropolitana), no âmbito do Projeto de Lei 01-00721/2015, que foram aprovadas em 24/08/2016.

Trata-se de um conjunto de abertura de novas vias, melhoramentos e alargamentos de vias já existentes, com desapropriações parciais e utilização dos terrenos atualmente dedicados à passagem da linha de alta tensão (Linhão). A intenção é “articular o adensamento populacional e de atividades urbanas à mobilidade, visando reequilibrar a distribuição entre moradia e emprego, e a qualificação dos espaços públicos.”¹

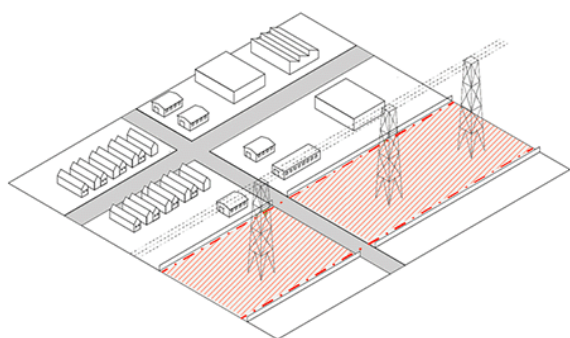
Em suma, será estruturado um eixo desde o bairro do Tatuapé até a Vila Leopoldina, numa ligação perimetral praticamente paralela à Marginal Tietê, contendo passeios públicos, ciclovias, corredores de ônibus, faixas de automóveis e, essencialmente novos usos econômicos.

Não há dúvidas, no próprio modo como se anunciam as obras, que se trata de um projeto de que visa incentivar investimentos na região, articulando-os aos usos já existentes. Não é intenção dessa proposta questionar essa proposição, mas destacar que a abertura dessas novas vias, com o incentivo ao adensamento populacional, tende a ser acompanhada de uma ocupação verticalizada, visto ser essa uma prática dominante nas áreas mais modernas e economicamente dinâmicas da cidade. As imagens abaixo, que ilustram parte das proposições feitas pela pelo Projeto de Lei, são sugestivas dessa tendência².

Figura 1:.Esquemas das estratégias de melhoramentos do Arco Tietê. Fonte: Prefeitura de São Paulo.

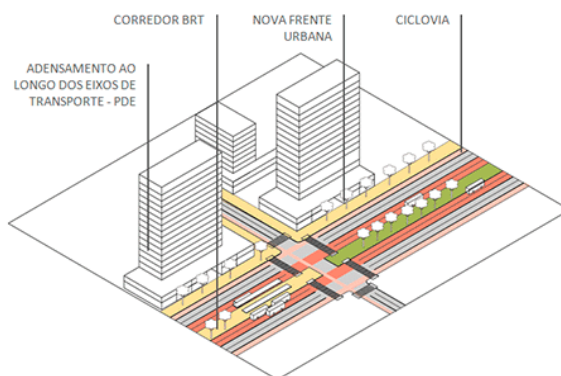
¹ Disponível em: www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov/arco-tiete-apoio-urbano-norte.

² Disponível em: <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arco-tiete-apoio-urbano-norte/>



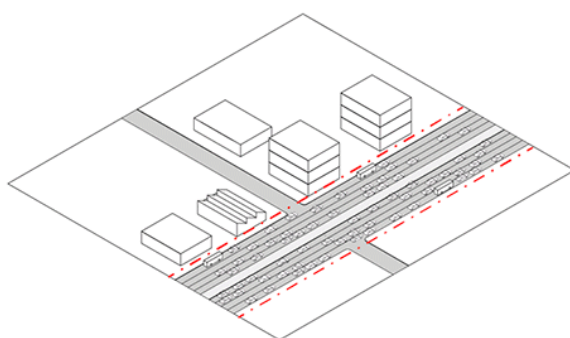
LINHA DE ALTA TENSÃO

Terrenos dedicados à passagem de linha de alta tensão têm o potencial de gerar nova frente urbana e estruturar deslocamentos na zona norte



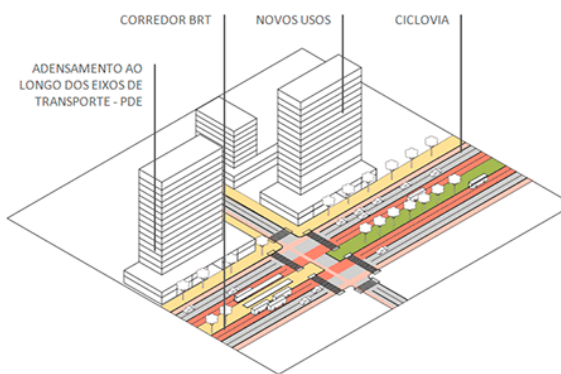
APOIO URBANO NORTE

Proposta utiliza estes terrenos para estruturação do apoio urbano norte



ESPAÇOS PÚBLICOS

Passeios restritos não permitem o desenvolvimento das dinâmicas urbanas



REDESENHO DE VIAS

Nova geometria garante inclusão de corredor, calçadas e ciclovia. Qualificação dos espaços públicos com passeios amplos, arborização

No tocante ao Núcleo Original da Freguesia do Ó e quadras adjacentes, tais mudanças estão previstas para as quadras classificadas como ZEM e ZEMP segundo a LPUOS. Sua influência em relação aos bens culturais pode ser verificada mais claramente no Mapa 2 do Anexo I.

As demais quadras do Núcleo Original (ZC e ZM) são “[...] áreas que se objetiva a manutenção de usos não residenciais existentes, o fomento às atividades produtivas, a diversificação de usos ou o adensamento populacional moderado [...]” (Lei nº 16.402 de 22 de março de 2016). Nessas zonas, no entanto, a restrição à verticalização já está prevista pela Resolução nº46 / 92 - CONPRES.

4. A Matriz da Freguesia como referencial urbano

Nesta proposta afirmamos que o núcleo original da Freguesia do Ó, com destaque aos Largos Nossa Senhora do Ó e Matriz Velha, representa um referencial urbano da paisagem de São Paulo.

Essa afirmativa se sustenta em um conjunto de especificidades, em parte já tratadas nas seções anteriores, que desdobram-se no processo de urbanização das colinas que acompanham a margem direita do rio Tietê. A Freguesia do Ó situa-se entre um grupo de bairros contíguos, que são “[...] ligados em parte às imposições do relevo e, em parte, à marcha histórica do povoamento e das rotas de ligação regionais.” (AB’SABER, 2007, p.165)

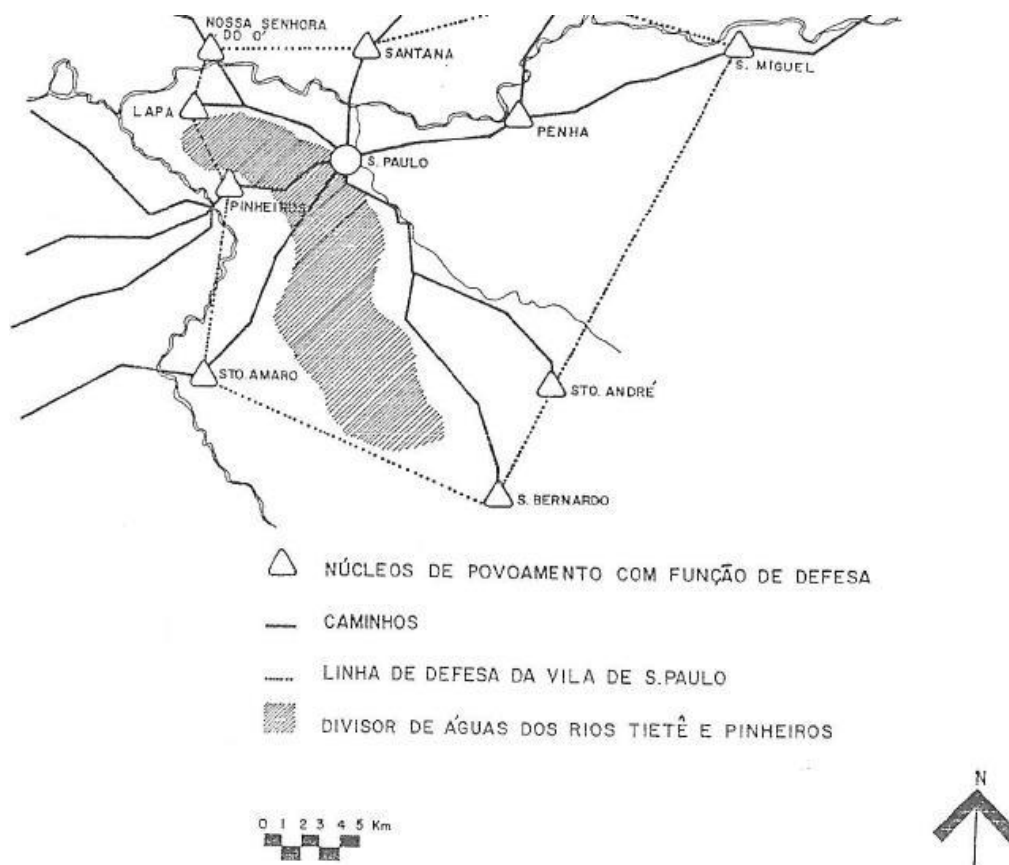
Processos transcorridos a partir do século XVI são elucidativos para compreender essa condição. Destacam-se inicialmente aqueles ligados ao bandeirantismo e ao estabelecimento de sesmarias, com a constituição de uma rede secular de caminhos associados ao desbravamento do “sertão” e, posteriormente, à mineração. Nos estudos que embasam a Resolução nº 46/92, destaca-se que a atual Freguesia do Ó “[...] consta entre os núcleos com funções defensivas ligadas à primeira fase do assentamento populacional de São Paulo [...]” local de “[...] pouso das expedições que avançavam para o desbravamento do sertão”.³

Tais funções defensivas remetem à conflituosa relação entre sesmeiros e indígenas daquele contexto: a catequização, a apropriação de terras, a imposição de relações sociais e de trabalho, as mortes, entre outros processos de extrema relevância que aqui não nos caberá aprofundamento. A Figura 2 ilustra a disposição destes núcleos em São Paulo.

Figura 2: Núcleos de Povoamento com funções defensivas na cidade de São Paulo

Fonte: CONPRESP (1992)

³ CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DA CIDADE DE SÃO PAULO. SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura. Processo 16-003.096-91*77 (1991–0.005.366–0 atual). Tombamento do núcleo original da Freguesia do Ó. (p.28).



Nesse sentido, conclui-se que o núcleo foi formado em face de dois processos principais. Primeiramente, a condição de rota e pouso das expedições organizadas a partir da Vila de São Paulo, onde se destaca as funções defensivas citadas e, simultaneamente, o fato de situar a Capela Nossa Senhora da Esperança, posterior Capela Nossa Senhora do Ó.

Desde 1580, data considerada marco fundador do núcleo, essa função religiosa fora emblemática (BARRO, 1977). A Freguesia do Ó encontra-se numa condição de outeiro, onde a construção de capelas e igrejas nas porções mais elevadas do relevo representa um processo típico da colonização portuguesa.

Nesse sentido, “[...] a construção de uma igreja neste núcleo foi incentivada pela distância que a ‘Vila’ representava (no caso, a referência era São Paulo), evitando o deslocamento dos habitantes da sesmária até a aldeia Sé.” (SANTOS, 2014, p.87). O oneroso trajeto entre o núcleo e a Igreja da Sé de São Paulo, que contava, entre outros desafios, com a superação das várzeas e meandros do rio Tietê, pode ser compreendido como justificativa para que fosse solicitado junto à Igreja o desmembramento da Sé, com a fundação da Capela Nossa Senhora da Esperança (ou Expectação), posterior Capela Nossa Senhora do Ó.

Na ocasião da fundação do núcleo, no atual Largo da Matriz Velha, ocorreu a construção da primeira capela. Posteriormente essa viria a ser reerguida em madeira em 1715 e reedificada em 1794 até ser incendiada acidentalmente em 1889. Esse evento abre caminho para a construção da atual Igreja Nossa Senhora do Ó após 1898, que foi concluída em 1901, no Largo de mesmo nome, popularmente conhecido como Largo da Matriz. Assim, apresenta-se esse referencial na paisagem paulistana, que atualmente só pode ser avistado de determinados pontos e brechas entre os condomínios verticais que se instalaram com a ocupação residencial do bairro, problemática principal que esta proposta vem discutindo.

Figura 2: Trecho da Planta Geral da Cidade de São Paulo de Alexandre Mariano Cocaci e Luiz Frutuoso F. Costa de 1905. O caminho destacado em preto no centro do mapa o caminho único de acesso à Freguesia do Ó, que perdura hoje com o nome de Santa Marina devido a fábrica de vidros.
Fonte: Barros, 1977, p.133.

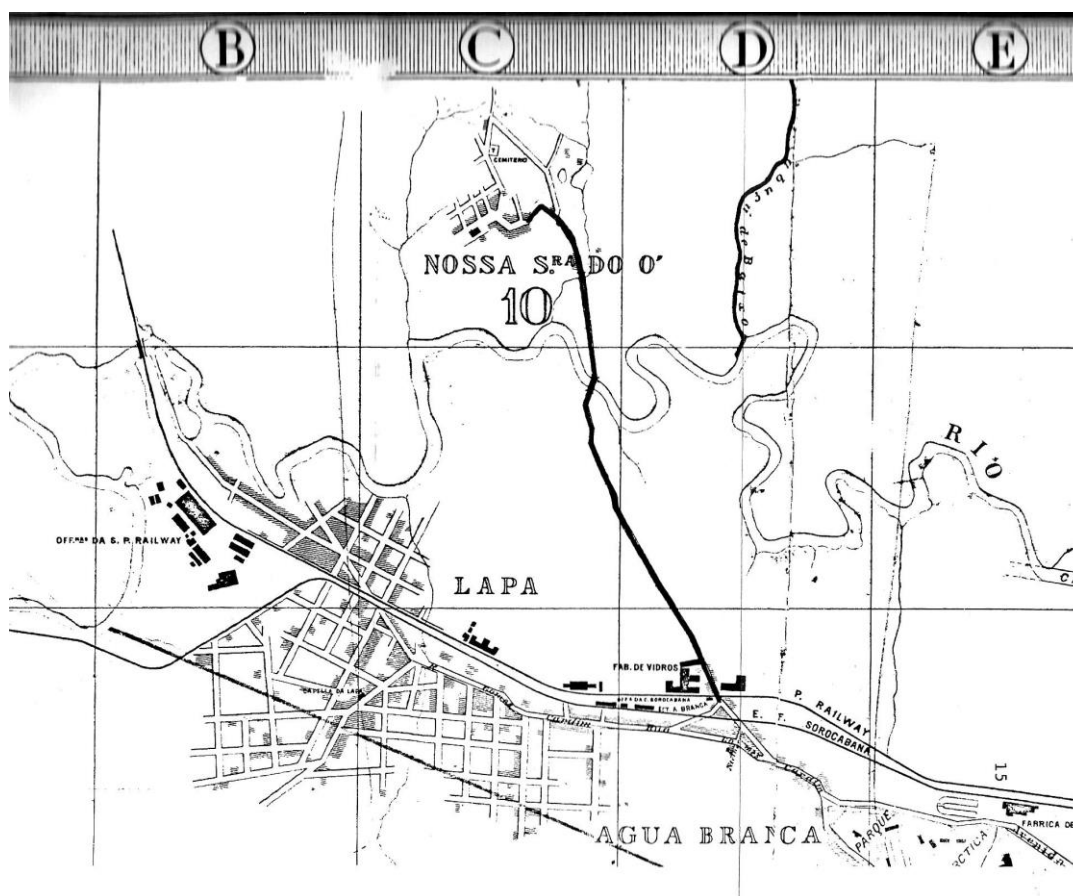


Foto 11: Igreja Nossa Senhora do Ó - margem direita do rio Tietê – finalização da obra (1900)

Fonte: Acervo da Casa de Cultura Salvador Ligabue



Disponível em: <http://www.portaldoo.com.br/album/alb002/galeria002.html>

Há uma questão cronológica de destaque no caso da Freguesia do Ó, como destaca Prado Junior (1998, p.73 *grifo nosso*):

Nesses altos já se tinha fixado, desde o início da colonização, algum povoamento. Nossa Senhora da Expectação do Ó é o *mais antigo* arraial paulista depois de São Paulo. Uma linha de bairros sucessivos os acompanha hoje, desde aquele antigo povoado, integrado na cidade com o nome de Freguesia do Ó.

Ab'Saber (2007, p.165 destaca a especificidade deste sítio urbano: enquanto na margem esquerda do vale do Tietê “[...] se escalonam baixos níveis terraceados, a vertente direita é constituída por uma série de pequenos outeiros e flancos de altas colinas.” De acordo com o autor, trata-se de um embasamento pré-devoniano, com presença de xistos e granito, nos vales e nos flancos das colinas, além de coberturas sedimentares nos topos, de níveis variáveis. Nesse sentido:

Enquanto, na maior parte da margem esquerda do vale, se torna preciso caminhar vários quilômetros para atingir níveis superiores a 750 m, na vertente direita, logo após as várzeas, encontram-se íngremes ladeiras de acesso às colinas e outeiros dos espigões secundários da superfície de São Paulo (790 – 810 m), vinculados à Serra da Cantareira. (AB’SABER, 2007, p.165)

Essa condição geomorfológica, em face dos processos sociais discutidos, permitiu o desenvolvimento de um conjunto de outeiros e povoados referenciais em São Paulo ao longo dos séculos, em geral, com Igrejas no ponto mais elevado e uma “urbe” em seu entorno.⁴ Como afirma Ab'Saber (2007, p.169):

Desde Guarulhos até a Freguesia do Ó, o povoamento antigo dos outeiros e altas colinas de além-Tietê obedeceu surpreendentemente a um mesmo estilo. Quase todos os pequeninos núcleos, ali formados até o século XIX, nasceram no topo suave que se encontravam logo após as grandes várzeas do Tietê.

Como foi mencionado na apresentação, esses núcleos passaram por uma dinâmica social bastante específica, marcadas por certo isolamento em relação à

⁴ CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DA CIDADE DE SÃO PAULO. SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura. Processo 16-003.096-91*77 (1991–0.005.366–0 atual). Tombamento do núcleo original da Freguesia do Ó.

cidade e, pode-se afirmar uma eminente ruralidade, até as primeiras décadas do século XX.

Foto 12: Largo Nossa Senhora do Ó (1915)
Fonte: Acervo da Casa de Cultura Salvador Ligabue



Disponível em: <http://www.portaldoo.com.br/album/alb002/galeria002.html>.

Desta forma, aqui e ali se implantaram núcleo e povoados, em torno de rústicas igrejas ou capelas, enquanto em outros pontos altos foram localizadas sedes de fazendas ou chácaras, pertencentes a moradores abastados da cidade. Sitiocas modestas, entremeadas de matas espessas, existiam nas encostas e vales, até as proximidades da Serra da Cantareira. AB'SABER (2007, p.169)

Especificando o caso da Freguesia do Ó, Barro (1977, p.99) destaca que: “[...] o local era um microcosmo das frustrações e anseios da cidade de São Paulo, que seus habitantes, do alto do morro, viam crescer a 3 léguas de distância.” Barro salienta para dois fatos que fizeram o núcleo da Freguesia do Ó ter vivido certo isolamento geográfico até meados do século XX: as dificuldades em se transpor os meandros do Tietê, através de embarcações e balsas e o fato desta região não ter sido contemplada pelas vias férreas ascendentes no século XIX.

Diante de tais condições, a expansão residencial e a especulação imobiliária, que já estavam em plena ascensão na primeira metade do século XX foram dificultadas nessa região da cidade (a atual Zona Noroeste) até meados do século XX (principalmente após 1950). Nesse contexto, ocorre da retificação dos rios (não

apenas do Tietê, mas também daqueles que cortam os vales das colinas em sua margem direita) e a construção de avenidas em suas várzeas. Além disso, as pontes de concreto sobre as marginais e o rio Tietê consolidam o processo de ocupação residencial destes antigos povoados, dentre eles a Freguesia do Ó, como demonstra a Foto 1, tratada na primeira seção. Tomadas de modo comparativo, as Figuras 3 e 4 e os Mapas XX e XX indicam os contextos históricos e espaciais desta ocupação residencial.

Após esse meado de século, com a intensificação dos loteamentos, as práticas socioespaciais passaram a configurar um cenário de novas complexidades e dinâmicas que imprimem problemáticas em relação à preservação dos bens culturais.

Em linhas gerais, podemos sintetizar que, contemporaneamente, o Núcleo Original da Freguesia do Ó expressa:

[...] a predominância do uso do solo voltado ao comércio, uma dinâmica de centro de atração e lazer, variando entre maiores e menores concentrações de renda. Essa condição de uso econômico se dá concomitante à ocupação do espaço público dos Largos. Assim apresentam-se territorialidades diversas, expressão das dimensões sociais e econômicas da produção social do espaço. (SANTOS, 2014, p. 128).

Desta diversidade de expressões da produção social do espaço urbano, salientamos caso específico da verticalização, que representa uma franca ameaça para a preservação do outeiro da Freguesia do Ó como referencial na paisagem paulistana.

Mapa 6: Mapa SARA Brasil de 1930.

Fonte: GeoSampa.



Mapa 7: Mapa VASP de 1954.

Fonte: GeoSampa.



Figura 3: Expansão da área urbanizada da Cidade de São Paulo (1930 – 1949)

Fonte: EMPLASA (2007) / Organização: Alberto Luiz dos Santos (2014)

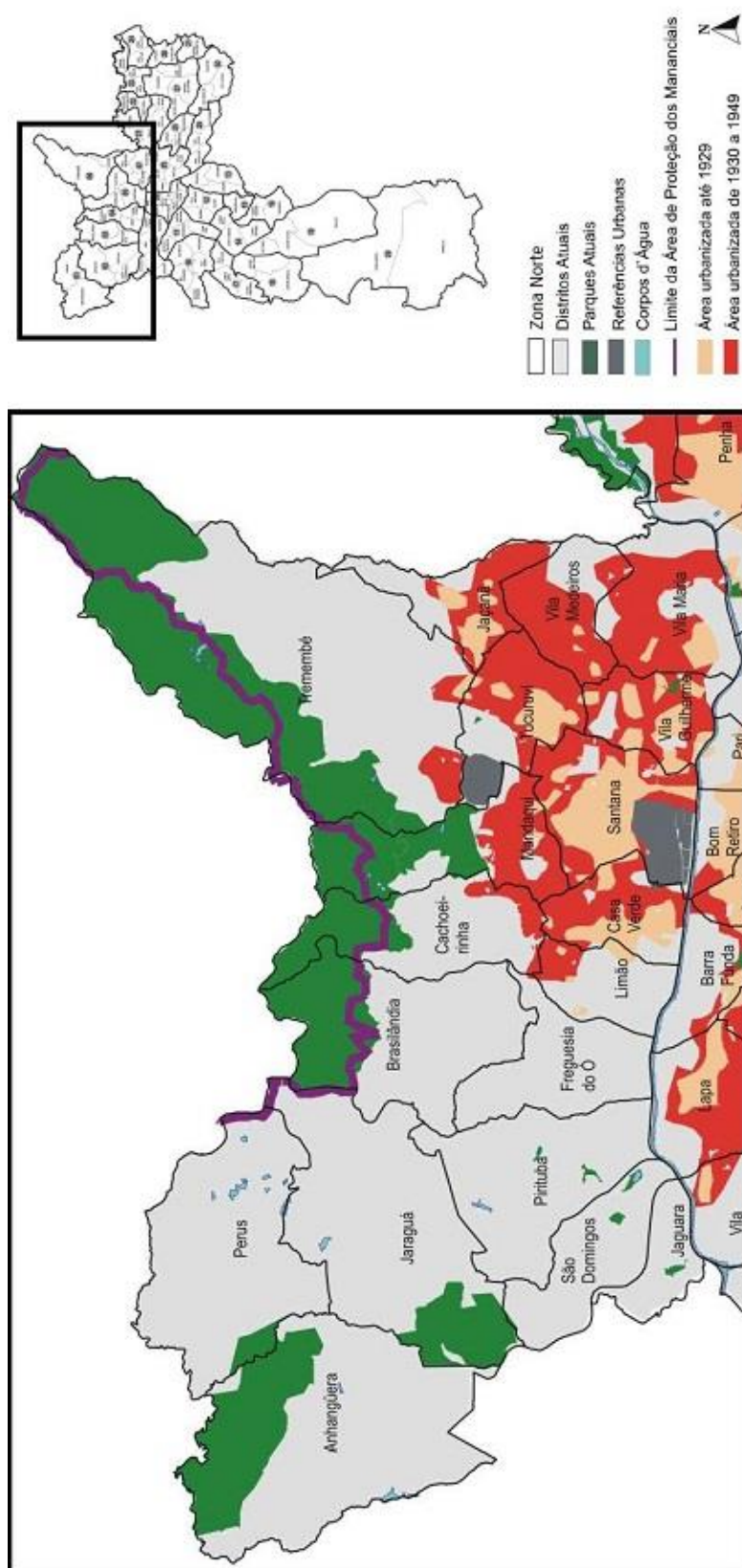
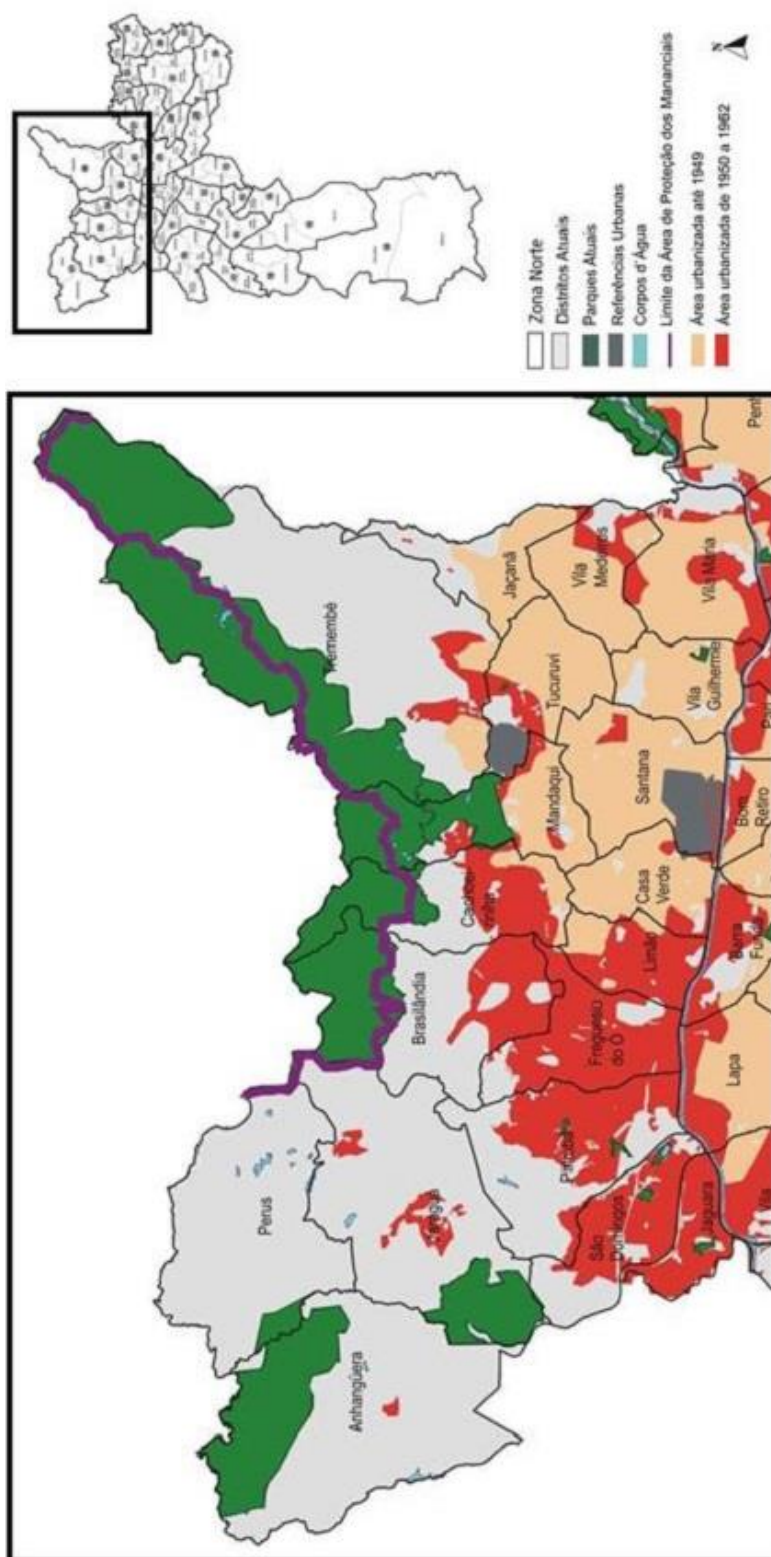


Figura 4: Expansão da área urbanizada da Cidade de São Paulo (1950 – 1962)

Fonte: EMPLASA (2007) / Organização: Alberto Luiz dos Santos (2014)



5. Proposta de alteração da Resolução

Considerando o potencial do Núcleo Original da Freguesia do Ó como referencial urbano na cidade, a presente proposta de alteração se trata da ampliação da área envoltória em sentido sul e sua normatização de gabarito. Para sua delimitação foram estudadas as verticalizações da região e suas relações com a preservação dos valores atribuídos ao tombamento. No mapa 1 do Anexo I, observa-se como as áreas de edificações com mais de 12 metros de altura quase confinam as áreas tombadas e de entorno (Foto 13). Destaca-se que no eixo sul, a área verticalizada está dentro do perímetro envoltório que não possui restrição de gabarito (Foto 14). Sendo esta quadra a principal no sentido de conferir o caráter de referencial devido à composição geográfica da região que confere ao bem tombado visibilidade e influência em sua ambiência como belvedere natural. Nos cortes CD e EF do Anexo I, percebe-se como tais fatores já foram comprometidos na projeção de preservação feita a partir do perfil topográfico.

Foto 13: Vista da Ponte do Piqueri, de onde ainda é possível visualizar a matriz da Freguesia no topo do outeiro circundado por edifícios verticalizados. Fonte: Kleber Silva Jr., 2016.



Foto 14: Vista da Marginal Tietê na altura dos bens tombados, de onde ainda é possível visualizar a matriz da Freguesia no topo do outeiro à esquerda e o eixo sul verticalizado comprometendo outros pontos de visibilidade. Fonte: Kleber Silva Jr., 2016.



A verticalização existente somada aos possíveis impactos das alterações urbanas previstas no PDE e LUOS, sinalizada pelos eixos de intervenções previstas no arco Tietê (mapa 2 do Anexo I), demarcam uma faixa de território importante para a preservação do núcleo tombado. Portanto, o perímetro de ampliação proposto tem a seguinte descrição: inicia-se na rua Nazaré Machado, em direção sul passando pela escadaria existente até o eixo da rua Bruno Bertucci; segue o eixo sul desta rua, cruzando a rua Enéias Luís Carlos Barbanti, até alcançar o eixo da rua Balsa; continua pelo eixo da rua Balsa em sentido oeste ao encontro da rua Gaetano Pasquale Serrichio; avança a partir do eixo da rua Gaetano em sentido sul, seguindo por seu prolongamento até se deparar com a avenida Otaviano Alves de Lima; na avenida parte em direção leste até situar-se no prolongamento da rua Jacob Pick Bitencourt; prossegue pelo eixo da rua Jacob, transpassando pela rua Balsa, até encontrar o eixo da rua Enéias Luís Carlos Barbanti; parte pelo eixo da rua Enéias pela direção oeste até deparar-se com o prolongamento do limite entre o terceiro e quarto lote (da mesma rua contados a partir da rua Júlio de Lame em ordem crescente); continúa pela limite dos lotes e por seu prolongamento, atravessando a linha de alta tensão encerrando-se ao alcançar o limite atual de entorno (altura do limite do lote da Creche Menino Jesus na fachada oeste). O perímetro descrito acima está delineado no mapa 3 do Anexo 1.

Foto 15: Vista sul do Restaurante Ciccarino na qual é possível visualizar grande parte da ampliação da área envoltória proposta. Fonte: Kleber Silva Jr., 2016.



As indicações de diretrizes para a regulamentação da área envoltória foi desenvolvida a partir da leitura do perfil topográfico do terreno de orientação norte sul, disponível no Corte AB do Anexo I. A projeção de preservação do bem tombado definiu a proposta de restrição gabaritos de acordo com a topografia do terreno, tendo como base o ponto mais baixo do perfil natural:

- a porção do terreno a leste da rua Léo Ribeiro de Morães, entre a avenida Otaviano Alves de Lima e rua Balsa, e do lado oeste no quadrante da rua Prof. Mario Degni, rua Gaetano Pasquale Serrichio e da av. Otaviano tem o gabarito de no máximo 8 metros;
- a área entre a rua Balsa e rua Prof. Mario Degni possuem restrição de construções com 12 metros de altura;
- nas quadras entre a rua Balsa e a rua Enéias Luís Carlos Barbanti há a indicação de altura máxima de 15 metros;
- A porção de quadras da rua Enéias Luís Carlos Barbanti até às demais áreas que englobam a linha de alta tensão terão 18 metros de altura no terreno;

- Dentro da área envoltória existente há dois trechos com restrição de construções térreas com até 6 metros de altura: o prolongamento do eixo do perímetro de ampliação da proposta a até a rua Nazareth Machado, entre a rua Antonieta Leitão ao limite da área das linhas de alta tensão; e as quadras entre as ruas Chico de Paula, Cel. Tristão, da Bica e Anastácio de Souza Pinto.

Há um lugar muito representativo do ponto de vista do núcleo da Freguesia do Ó como referencial urbano por possuir características de belvedere natural que proporcionam a preservação do bem tombado. A área localiza-se entre a Pizzaria Bruno e o Restaurante Ciccarino e está defronte a instalação de um parklet municipal. Esta área atualmente faz parte da área envoltória existente com restrição de 8 metros de altura. destacamos que a ocupação deve ser restrita. No entanto, indica-se que pelas particularidades e potencial valorização do bem tombado a ocupação dessa área seja restrita de forma a não comprometer a visibilidade. As demais áreas existentes na atual regulamentação permanecem com as mesmas definições.

Apresentamos a seguir fotos das ruas e quadras nas quais pediremos mudança de gabarito e inclusão na área envoltória:

Foto 16: Vista a partir da rua Múcio Leão. Fonte: Kleber Silva Jr., 2016.



Foto 17: Panorama da rua Júlio Lamare com a rua Enéias Luís Carlos Barbanti. Fonte: Kleber Silva Jr., 2016.



Foto 18: Vista da rua Bruno Bertucci. Fonte: Kleber Silva Jr., 2016.



Foto 19: Vista rua Balsa altura da rua Gaetano Pasquale Serrichio. Fonte: Kleber Silva Jr., 2016.



Foto 20: Vista rua José de Siqueira próximo a rua Chico de Paula. Fonte: Kleber Silva Jr., 2016.



Foto 21: Vista da rua Anastácio de Souza Pinto próximo a rua Chico de Paula. Fonte: Kleber Silva Jr., 2016.



Foto 22: Vista da avenida Santa Marina, próximo ao Largo do Clipper. Fonte: Kleber Silva Jr., 2016.



Foto 23: Vista da área de ocupação restrita, belvedere natural, em primeiro plano parte do parklet municipal. Fonte: Mariana Kimie Nito, 2016.

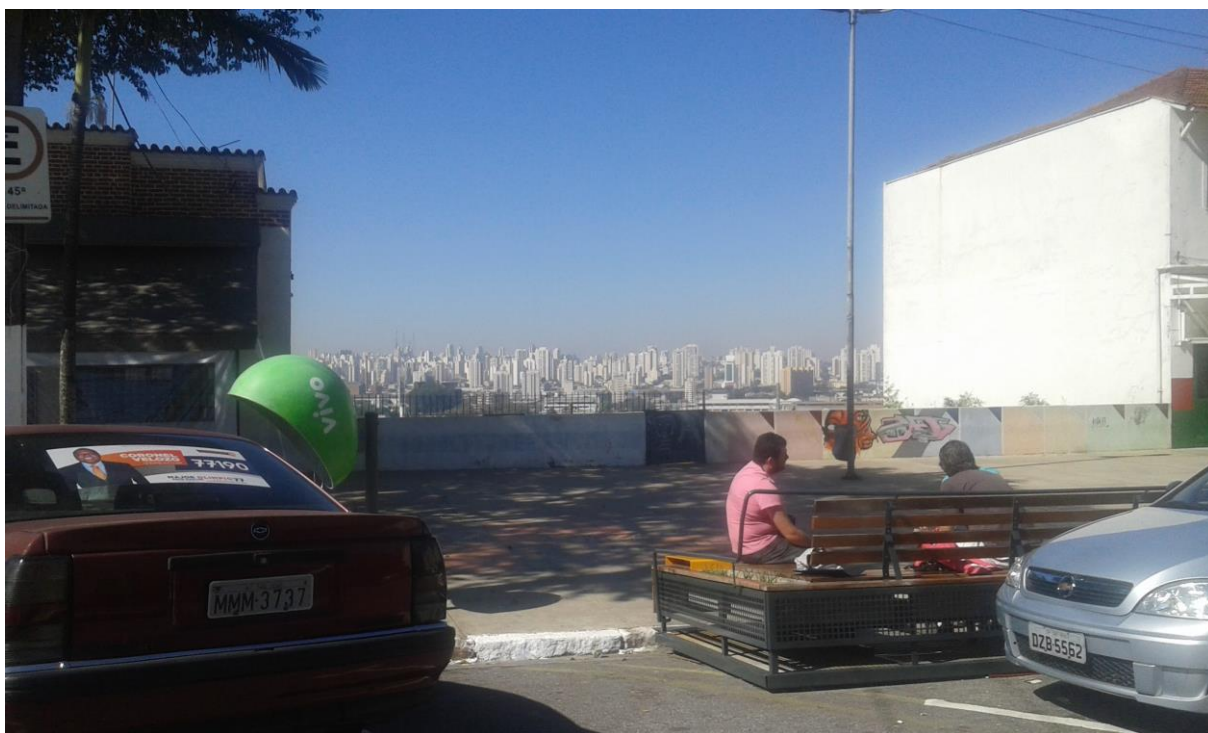


Foto 24: Finalização do roteiro da I Jornada do Patrimônio de São Paulo em 2015. Fonte: Leandro Silva Batista.



6. Sobre o GT da Repep

O Grupo de Trabalho Brasilândia da REPEP foi formado em parceria com o Ponto de Memória da Brasilândia, moradores do bairro e pesquisadores na área do patrimônio cultural. O objetivo principal do GT é a preservação da vista para a Igreja Matriz Nossa Senhora do Ó, desde a marginal Tietê, e do mirante consolidado a partir da Igreja com vista para as regiões centro-oeste da cidade de São Paulo.

Diante das discussões e pesquisas desenvolvidas em grupo, compreendemos que os processos de valorização da terra urbana em curso na região norte nas últimas décadas, relacionados principalmente à especulação imobiliária e, recentemente, à futura inauguração da Estação Freguesia do Ó da Linha 6 (Laranja) do Metrô, constituem ameaças de mudanças materiais nos bens culturais da região, bem como nas práticas sociais que envolvem o cotidiano do bairro. Nesse sentido, nos reunimos para pensar e propor a revisão da resolução de tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP (Resolução nº 46/92). Esta proposta de revisão envolve principalmente a área envoltória dos Largos Nossa Senhora do Ó e Matriz Velha, tendo em vista a ameaça de descaracterização dos bens culturais da região.

No início de 2015 o GT foi consolidado tendo a intenção de formar um Dossiê

que será resultado das ações educativas propostas pelo grupo junto aos moradores e frequentadores do local por meio do diálogo e sensibilização sobre o cenário de mudanças da região. Este Dossiê irá apontar as condições dos bens culturais juntamente aos principais processos sociais existentes na região e também seria subsídio para o pedido de revisão do tombamento a partir da visão dos moradores e frequentadores. Entre as ações desenvolvidas por este GT estão: a proposta da Gincana Cultural “Cadê o Patrimônio?” nas escolas públicas da região e o Roteiro formulado para I Jornada do Patrimônio da Prefeitura de São Paulo.

A formação da Gincana Cultural junto às Escolas e aos moradores da Freguesia do Ó pretende construir uma campanha em defesa do patrimônio do bairro, subsidiando a articulação dos diversos agentes locais. A atividade consiste em fazer percursos pelo bairro que serão registrados por meio de fotos e desenhos realizados pelos participantes. Os participantes serão divididos em grupos que serão designados a diferentes áreas do bairro a fim de problematizar o território. Partindo do princípio de estimular os diferentes olhares sobre o patrimônio do bairro serão elaborados diálogos a respeito da transformação urbana da cidade e, destacadamente, do Núcleo Original da Freguesia do Ó, por meio de fotos e mapas antigos da região, explorando a memória local.

A proposta foi recebida por 5 escolas da região através de encontros previamente agendados. Mesmo com tendo recebido a proposta positivamente, não conseguimos efetivar a Gincana junto às escolas, em função da demora ou inexistência de devolutivas. Em uma das escolas conseguimos desenvolver uma atividade durante a comemoração dos 80 anos da educação infantil em São Paulo. A atividade teve duração de 2 horas e contou com a participação de 20 pessoas, entre adultos e crianças, que consistiu em uma oficina de desenho afetivo com a temática “Como eu vejo o meu bairro?”.

Em paralelo à abordagem nas escolas, foi desenvolvido um roteiro cultural para a I Jornada do Patrimônio, organizada pela Prefeitura de São Paulo. O roteiro foi realizado duas vezes, durante aproximadamente 3 horas e contou com a participação de pessoas do bairro e pessoas que não conheciam a Freguesia do Ó. A proposta teve como eixo principal as diversas narrativas presentes no campo do patrimônio cultural, no qual destacamos características para além de seu tombamento, como os diversos bens patrimoniais, o aspecto paisagístico, a ambiência e a sociabilidade local, tendo sempre a preocupação de trazer o olhar e o protagonismo da população.

Foi estimulado o conhecimento dos processos históricos relevantes ao bairro, envolvendo sua origem e transformação, as edificações presentes e os usos contemporâneos destes bens pelos grupos sociais frequentadores, associando-os a cidade de São Paulo, a partir de falas de moradores locais e dos pesquisadores do GT.

Na II Jornada do Patrimônio o GT fez a oficina Miradas para a Cidade que retratou o processo de urbanização e expansão da cidade de São Paulo a partir da vista do Mirante da Freguesia do Ó. Nesta foi possível identificar os distritos, locais e construções que formam a trajetória evolutiva da cidade. Para facilitar a identificação destes na paisagem foram utilizados cartões vazados para focar a visão e propiciar sua descoberta. Assim, possibilitou o conhecimento da importância da posição estratégica e histórica da Freguesia como belvedere e marco referencial da cidade, bem como o reconhecimento do corpo no espaço da cidade em uma abordagem sensível, aguçando os sentidos do olhar.

Mesmo com tais atividades educativas já desenvolvidas e com a constante reflexão do grupo por novas estratégias de articulação e sensibilização da população local, optamos, recentemente, por concentrar nossas atividades na elaboração do estudo técnico para a alteração do perímetro de tombamento e entorno do Núcleo Original da Freguesia do Ó. Essa opção é oriunda da urgência que vemos no seguimento deste processo, tendo em vista o cenário atual da apressada aprovação da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo que contradiz uma série de definições aprovadas no Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo. Contudo, não abandonamos as ações educativas, que serão desenvolvidas paralelamente e ao longo deste ano, e serão anexadas posteriormente na proposta de revisão.

7. Equipe de trabalho

Alberto Luiz dos Santos - Possui graduação em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2010) e Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2014). Membro da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) desde 2015. Desenvolve pesquisas sobre Patrimônio Cultural, Territorialidades e Espaço Urbano, sendo membro pesquisador do Grupo de Pesquisa em Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural - IG/Unicamp. (CNPq).

Karina Alves - Educadora, Historiadora e Museóloga especialmente dedicada a Educação Patrimonial e processos participativos, colaborativos e criativos de preservação do patrimônio cultural. É pós-graduada em Museologia (Mestrado e Especialização) pela Universidade de São Paulo; possui Master 1 em História da Arte e Patrimônio pela Université Michel de Montaigne, Bordeaux3, França; bacharelado e licenciatura em História (FFLCH/USP). Criadora - fundadora da Alaya – Educação e Cultura. Foi professora da Rede Estadual de Educação. É facilitadora de oficinas e cursos de capacitação para profissionais de cultura e educação, em Oficinas Culturais e ações do Sistema Estadual de Museus, pela Secretaria de Cultura do Governo do Estado de São Paulo.

Kleber Silva Jr. - Graduado e Licenciado em Ciências Sociais (PUC-SP), Técnico Legislativo (Etec-CEPAM). Assessoria aos membros católicos do Conselheiro Tutelar e do Conselho Participativo Municipal no território da Freguesia do Ó/ Brasilândia. Representante do território no programa Pontos de Memória junto ao IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) durante a 4ª Teia da Memória em Natal-RN (2014) e no 6º Fórum Nacional dos Museus em Belém-PA (2014). Membro da Rede SP de Memória e Museologia Social (ReMMuS) desde 2014. Membro da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) desde 2015. Articulação em defesa da memória e do patrimônio histórico da região da Freguesia do Ó / Brasilândia.

Mariana Kimie da Silva Nito – Arquiteta e urbanista pela Escola da Cidade (2012). É especialista em gestão de restauro e prática de obras de conservação e restauro do patrimônio cultural pelo CECI da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2014). cursou o mestrado interdisciplinar em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2015) no qual desenvolveu discussões sobre entorno de bens tombados, práticas de pesquisa cocriativas e ambiências urbanas. Profissional autônoma no desenvolvimento de trabalhos na área de arquitetura e urbanismo, com ênfase em projeto, políticas públicas culturais, educação, design e ilustração.

Regina Célia Soares Bortoto - Formada em Letras, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, com complementação em Pedagogia, assumiu cargo efetivo na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, onde exerceu cargos de professora e de diretora de escola. Fez pós-graduação “lato-sensu”, especialização na área de Sociologia, na Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, Fundação

Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Participa de movimentos sociais e de educação no bairro de Perus, atuando principalmente no Movimento pela Desapropriação da antiga Fábrica de Cimento Portland Perus, na construção da Universidade Livre e Colaborativa, na organização das disciplinas oferecidas pela FAU/USP em Perus e nos trabalhos de ensino e pesquisa do Núcleo de Estudos da Paisagem, FAU/ USP.

Leandro Silva Batista - Leandro Silva Batista graduado em Rádio e TV e Jornalismo, especialização Lato Sensu em Produção Executiva e Gestão de Televisão, atualmente coordena a programação e exibição da TV Rá Tim Bum!, canal de TV paga da Fundação Padre Anchieta. Entre os anos de 2008/2011 foi conselheiro tutelar na Brasilândia, zona norte de São Paulo e, posteriormente, conselheiro participativo municipal da Freguesia do Ó / Brasilândia. Desde 2009 realiza trabalhos de preservação da memória local e integra o programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Em 2010, em parceria com o IBRAM e o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania - Pronasci (orientando na metodologia) e entidades locais, realizou a primeira amostra de memória da Brasilândia: Brasilândia entre Vila e Jardins, fazendo memória aos bairros dos distritos, cujos os quais, levam em seu nome Jardim e Vila, como Jd. Vista Alegre e Vila Terezinha.

Simone Scifoni - Geógrafa, mestre e doutora em Geografia pela USP. Professora do Departamento de Geografia da FFLCH/USP. Conselheira do Condephaat (2010-2012); Conselheira do CREA (2010-2013). Conselheira do Campahc/São Bernardo do Campo (1998-2014). Coordenadora do Projeto Aprender com Cultura e Extensão: Rede Paulista de Educação Patrimonial (2011-2015). Foi técnica de Educação Patrimonial no Iphan de São Paulo (2006-2009). Foi técnica da Equipe de Áreas Naturais do Condephaat (1988-1995).

8. Bibliografia

AB'SABER, Aziz. *Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

BARRO, Máximo. *Nossa Senhora do Ó*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1977. Série história dos bairros de São Paulo.

CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MENESES, Ulpiano T. B. A cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI et al (orgs). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: Iphan, 2006.p. 33-53.

PAES, Maria Tereza. Duarte.; Apresentação. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. da S. (Orgs). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annalube, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. A cidade de São Paulo: geografia e história. São Paulo: Brasiliense. 3 ed.1998.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

SANTOS, A. L. *Dimensões do patrimônio cultural: tombamentos e territorialidades do Núcleo Original da Freguesia do Ó – São Paulo (SP)*. 2014. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

9. Anexo I

Lista de documentos anexos:

Mapa 1- Tombamento e verticalização

Mapa 2- Tombamento e Arco Tietê

Mapa 3- Proposta de alteração da área envoltória

Mapa 4- Proposta de alteração da área envoltória e de sua regulamentação

Corte AB1- Perfil topográfico eixo norte sul

Corte AB2- Perfil topográfico eixo norte sul, proposta gabarito

Corte CD- Perfil topográfico eixo sudeste

Corte EF- Perfil topográfico eixo sudoeste

